

28 NOV 2017

# BEMPARANÁ

#MARIA DA PENHA

## Botão do pânico vai beneficiar 3.600 mulheres na Capital

O Paraná é o primeiro estado a implantar o dispositivo de segurança preventivo como forma de garantir a proteção de mulheres em situação de risco, sob medida protetiva judicial. O botão do pânico foi apresentado, ontem, pelo governador Beto Richa e a secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa. Em Curitiba, cerca de 3.600 mulheres são atendidas pela Patrulha Maria da Penha, implantada em 2014.

São 15 municípios prioritários elencados pela Coordenação da Política da Mulher para implantar o dispositivo. A Secretária da Família e Desenvolvimento Social repassará às prefeituras o valor do

aluguel do equipamento, pelo período de doze meses. O investimento para esta fase da implantação é de R\$ 2,6 milhões.

“O dispositivo será um aliado importante na proteção das mulheres que se sentem ameaçadas com a proximidade de seus agressores”, explica a Secretária da Família, Fernanda Richa.

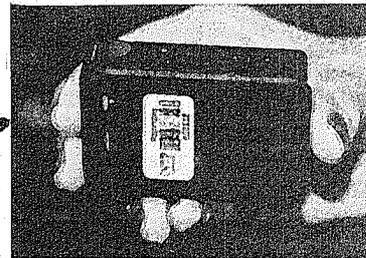
Também foi apresentada a campanha “Você pode mais”, que aborda direitos, autoestima e liberdade das mulheres, mostrando que pequenos gestos ou palavras podem se caracterizar como violência. Os vídeos, com mensagem encorajadora às mulheres, começaram a ser veiculados sábado, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.

### COMO FUNCIONA O BOTÃO DO PÂNICO

A mulher em situação de risco é inserida no projeto por decisão judicial. Depois de cadastrada no sistema de monitoramento da Guarda Municipal, que registrará suas informações pessoais e do agressor, ela recebe o dispositivo de segurança. O aparelho é pequeno e de fácil manuseio

Ao sentir-se ameaçada com a presença do agressor em qualquer lugar, ela deve apertar o Botão do Pânico, que acionará imediatamente a Guarda Municipal. Na hora, ela perceberá uma vibração no dispositivo, confirmando o acionamento. De imediato, já começa a gravar o áudio local e tanto a central de monitoramento como o celular embarcado na viatura da Guarda Municipal disparam alerta e exibem fotos de arquivo da vítima e do agressor

Na central de monitoramento, os policiais terão acesso à localização, aos dados da vítima e do agressor, encaminhando as viaturas o mais rápido possível. A plataforma permite visualizar em tempo real os dispositivos acionados de forma simultânea, permitindo ação logística



28 NOV 2017

# BEMPARANÁ

## Cargos

A Assembleia Legislativa aprovou ontem projeto do Tribunal de Justiça que cria 379 cargos comissionados para assessoramento de juizes. Segundo o TJ, os cargos vão substituir vagas de estagiários de Direito que atuam nessas funções. De acordo com a justificativa do projeto, o custo anual da proposta é de R\$ 19,3 milhões. A projeção de aumento da despesa para 2017 é de R\$ 3,2 milhões, de R\$ 20,8 milhões para 2018 e de R\$ 22,8 milhões para 2019. Para acelerar a votação e garantir aprovação do projeto ontem mesmo, os deputados estaduais fizeram três sessões consecutivas, sendo duas extraordinárias.

## Bloqueio

A Justiça decretou o bloqueio de bens do ex-prefeito de Terra Roxa (região Oeste), Ivan Reis (PP). Ele é acusado pelo Ministério Público de suspeita de fraude em licitação feita em março de 2014 para contratação de empresas de serviços de caminhão e escavadeira basculantes. Segundo o MP, no dia da abertura dos envelopes com as propostas das firmas interessadas, o então prefeito reuniu-se com seu ex-chefe de gabinete e com os sócios de duas empresas para acertarem um acordo de preços, direcionando a licitação para que cada uma ficasse com um dos serviços: uma com o aluguel de caminhão e a outra com o de escavadeira.

28 NOV 2017

## BEMPARANÁ

# Procurador vê 'batalha final' em 2018

Procuradores da República envolvidos na Operação Lava Jato se reuniram no Rio de Janeiro para definir estratégias para o próximo ano. Em coletiva de imprensa após o encontro, o procurador da República Delтан Dallagnol reforçou que “é preciso garantir que não haverá retrocessos” e que a corrupção não volte a tomar conta do meio político e empresarial nas mesmas proporções do período anterior à Operação Lava Jato.

Segundo o procurador, o próximo ano será “o da batalha final” da Lava Jato e que o futuro será “sombrio”

se os políticos que ocupam cargos públicos e que estão envolvidos nas denúncias de desvio de dinheiro forem eleitos novamente. Dallagnol destacou ainda que mais de 25 milhões de transações financeiras, que envolvem mais de R\$ 2 trilhões em negócios, são rastreados pela equipe da Lava Jato. Apesar de todos os esforços, ele afirma que a população não deve ter uma expectativa excessiva sobre o judiciário.

A visão dos procuradores é que “mesmo depois de tantos escândalos tanto o Congresso como os partidos não afastaram os políticos en-

volvidos nos crimes” e que a Lava Jato “uniu grande parte da classe política contra as investigações e investigadores”, como informaram em comunicado divulgado em nome do Ministério Público Federal (MPF).

Segundo os procuradores, atuações de Comissões Parlamentares de Inquéritos e em diversos projetos de lei ameaçam as investigações. O fórum privilegiado garantido a políticos em exercício é um exemplo de desafio enfrentado pelos investigadores, segundo o procurador Eduardo Hage.

28 NOV 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS



Richa e a secretária Fernanda Richa apresentaram a campanha no Paraná

# Mulheres em risco terão botão de pânico no Paraná

Dispositivo ficará à disposição das vítimas cadastradas

**\*** O Paraná é o primeiro estado a implantar o dispositivo de segurança preventivo como forma de garantir a proteção de mulheres em situação de risco, sob medida protetiva judicial. O governador Beto Richa e a secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, apresentaram o dispositivo nesta segunda-feira (27), em Curitiba durante o evento que reuniu dezenas de mulheres, de vários setores da sociedade, no Salão de Atos do Palácio Iguazu, em Curitiba.

A mulher em situação de risco é inserida no projeto por decisão judicial. Depois de cadastrada no sistema de monitoramento da Guarda Municipal, que registrará suas informações pessoais e do agressor, ela recebe o dispositivo de segurança. O aparelho é pequeno e de fácil manuseio.

“Ao sentir-se ameaçada com a presença do agressor em qualquer lugar, ela deve apertar o Botão do Pânico, que acionará imediatamente a Guarda Municipal. Na hora, ela perceberá uma vibração no dispositivo, confirmando o acionamento”, diz a coordenadora. ●

JORNAL DO ÔNIBUS 28 NOV 2017

# Gilmar Mendes defende o foro privilegiado

Ministro do Supremo questionou se “vai ser bom” mudar a regra

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou ontem que a questão do foro privilegiado “é delicada” e questionou se “vai ser bom” mudar como funciona atualmente. No último dia 23, o Supremo adiou julgamento sobre o alcance do foro privilegiado, ou seja, em que situações a prerrogativa valerá. O adiamento ocorreu após pedido de vista do ministro Dias Toffoli, e não há nova data para julgamento.

Dos 11 ministros do Supremo, oito já votaram pela restrição do foro privilegiado de parlamentares federais. O voto de Gilmar Mendes é um dos que faltam, junto com os dos ministros Toffoli e Ricardo Lewandowski. “Em geral, eu tenho dito: a justiça criminal no Brasil, como um todo, não só do Supremo, funciona mal”, afirmou o ministro após ser questionado sobre como avalia o tema.

“Pouco mais de 8% dos homicídios são desvendados. Isso significa que vamos para os Estados passar para as pessoas julgar esses parlamentares. Será que vai ser bom? Será que não vamos ter uma grande influência política lá? – coisa que não ocorre, pelo menos não ocorre de maneira visível, no Supremo Tribunal Federal. São coisas que precisamos analisar com muita responsabilidade”, completou Mendes. ●

28 NOV 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Promotor defende delação premiada aplicada à improbidade administrativa

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O coordenador do Gepatria (Grupo Especial na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa), promotor Renato de Lima Castro, defende que o instituto de delação premiada seja aplicado às ações de improbidade administrativa. O assunto é um dos temas do livro "Aspectos Controvertidos da Lei de Improbidade Administrativa, uma análise crítica a partir dos julgados dos tribunais superiores" – (Editora Del Rey - Volume 2 – 460 páginas), que será lançado nesta terça-feira (28), em Curitiba. A obra reúne artigos assinados por promotores e procuradores de Justiça e professores de direito e foi organizado por Cláudio Smirne Diniz, Mauro Sérgio e Lima Castro.

A delação premiada é uma técnica de investigação consistente na oferta de benefícios pelo Estado àquele que confessar e prestar informações úteis ao esclarecimento do fato delituoso, também chamada "colaboração premiada". O instituto – utilizado sobretudo em ações penais – ganhou notoriedade no âmbito da Lava Jato e

também na Operação Publicano com a delação do então auditor fiscal Luiz Antonio de Souza que detalhou o esquema de corrupção na Receita Estadual investigado pelo Ministério Público do Paraná.

"O que eu defendo pelo Gepatria é que a delação premiada se aplique também na improbidade administrativa", disse Castro. Ele explicou que decisões recentes demonstram que o instituto também é permitido nas ações de improbidade como já ocorre na Lava Jato, porém, não é pacífico, lembrou Castro.

Em Londrina, por exemplo, o juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública, Marcos José Vieira, ao julgar ação de improbidade contra réus da Publicano, em sentença preferida em julho, desconsiderou o acordo de delação entre MP e o ex-auditor Luiz Antonio de Souza. "No âmbito das ações de improbidade, a Constituição não transige, e muito menos permite que se transija, com o administrador desonesto", escreveu o magistrado.

Por outro lado, no livro, Castro faz um contraponto ao defender que o acordo firmado na esfera criminal seja mantido na civil. "Para o mesmo fato de corrupção, espe-

ra-se tratamento isonômico." Segundo o promotor, os acordos de leniência e colaborações premiadas têm sido a tônica da atuação do Ministério Público da União e dos Estados, para combater, de forma célere e eficiente, os vultosos desvios que agentes públicos/políticos e seus assessorias impõem aos escassos recursos públicos do Estado.

ORGANIZADORES

Cláudio Smirne Diniz  
Mauro Sérgio Rocha  
Renato de Lima Castro

Aspectos Controvertidos da Lei de  
**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**  
UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS  
JULGADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Inquérito Civil

VOLUME 2

AUTORES

André Tiago Pastornak Gliz  
Cláudio Smirne Diniz  
Eduardo Casati  
Emerson Garcia  
Fábio André Guazzoni  
Fernando da Silva Coimbra  
Gelson de Assis Rodrigues  
Gilberto Góes  
Guilherme Silva Alencar  
Hervé Zanelli Junior  
Letícia Gabriella Almetti  
Mauro Sérgio Rocha  
Renato de Lima Castro  
Rodrigo Leite Ferreira Cabral  
Rodrigo Régner Chemin Guimarães  
Walter Claudius Rothbarth



Obra reúne  
artigos  
assinados por  
promotores e  
procuradores  
de Justiça e  
professores  
de direito

28 NOV 2017

# FOLHA DE LONDRINA

**LUIZ GERALDO MAZZA**

## **Paraná em destaque**

Vários dos delatores, como Paulo Roberto Costa e o ex-tesoureiro João Vaccari Neto, são da terra como o Youssef que já aparecia no processo Banestado da CC5. Já há condenados e novos denunciados como a senadora Gleisi Hoffmann e o marido Paulo Bernardo, ex-ministro e incurso em outras trutas como dos empréstimos consignados, com respectivos processos no STF.

Claro que temos gente nossa no polo oposto, o da acusação, como a força-tarefa da Polícia Federal e do Ministério Público e no do julgamento com os magistrados Sérgio Moro e o desembargador Gebran no TRF4. É verdade que também há denúncias menos candentes contra o governador que tramitam no STJ, mas o que surpreende, convenhamos, é a falta de expressão do principal eleitor, com duas reeleições na prefeitura da capital e no governo do Estado, ambas no primeiro turno, e a baixa expressão que ostenta em termos nacionais, quer na intimidade do seu partido, o PSDB, agora às voltas com nova denúncia contra um dos seus pilares, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Num momento em que até uma figura como Luciano Huck ganha relevância e precisa declarar-se não candidato para acalmar o ambiente, vemos o nosso governador, gestor de um Estado rico, sumir nesse processo em que não tem desvantagens entre os cardeais partidários, ainda que esteja longe de uma presença como a do seu pai. Essa baixa presença contrasta com o ativismo regional visando a sua candidatura ao Senado, ora com prebendas aos municípios, ora com um empenho de última hora na paralela na estrada da Ponta do Poço e da ponte na baía de Guaratuba, uma adaptação de um plano do litoral do governo Paulo Pimentel sob o comando do arquiteto Luís Forte Neto na parte referente à infraestrutura de 1966.

O vácuo gerado pelo ceticismo em relação à fauna política deveria facilitar o afloramento de lideranças mais jovens como a do governador no cenário brasileiro. É claro que a postulação de Alvaro Dias à Presidência pode constituir-se numa compensação e numa surpresa. Também não surpreenderá se mais uma vez a nossa vocação autofágica invadir o espaço como se deu nas vezes anteriores, inclusive na tentativa presidencial de Affonsinho Camargo, assessorado pelo ator de TV, o "nojento".

## **Ofensiva**

É tão assustadora a estatística de violência contra a mulher, inclusive taxas de feminicídio, que foi bem recebida a ação do governo pelo setor responsável de uma campanha em que se usará o botão do pânico que possa facilitar a intervenção da guarda municipal em caso de ameaça ou agressão.

28 NOV 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME FOLHA

#### **TRF4 nega recurso de André Vargas**

A 4ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou, por maioria, em sessão realizada ontem, o recurso de embargos infringentes impetrado pelas defesas do ex-deputado federal André Luiz Vargas, do irmão dele Leon Denis Vargas, e do publicitário Ricardo Hoffmann, que tiveram a condenação confirmada pelo tribunal dia 31 de maio deste ano. O ex-deputado foi acusado de receber vantagem indevida de Hoffmann, cerca de R\$ 1,1 milhão, para influenciar na contratação da agência dele para prestar serviços de publicidade para a Caixa Econômica Federal e para o Ministério da Saúde. Os réus foram condenados pela 13ª Vara federal de Curitiba em setembro de 2015 por corrupção e lavagem de dinheiro. As penas ficaram definidas pelo TRF4 em 13 anos, 10 meses e 24 dias para André Vargas, 10 anos e 10 meses para Leon, que era sócio do irmão, e 13 anos, 10 meses e 24 dias para Hoffmann.

# FOLHA DE LONDRINA

## As regalias dos presos 'poderosos'

**A** Lava Jato provocou uma mudança de paradigma no combate à corrupção quando colocou atrás das grades políticos poderosos e alguns dos empresários mais ricos do País. Antes da operação que definiu um importante momento histórico, a máxima "rico não vai preso no Brasil" reinava por aqui. O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, comentou recentemente que a operação desencadeada inicialmente em Curitiba e o julgamento do Mensalão podem ser considerados um ponto fora da curva no combate à corrupção endêmica que tomou conta do Brasil. Mas se a Lava Jato provou que a lei é para todos, o mesmo não vale para o tratamento nas carceragens. Desde que foi preso, o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e a ex-primeira dama Adriana Ancelmo protagonizaram histórias de mordomias na cadeia, trazendo à tona mais escândalos. Cabral é acusado de ter desviado dos cofres públicos R\$ 300 milhões e sua mulher responde por lavagem de dinheiro e associação ao crime organizado. Só em joias, Adriana teria gastado R\$ 6 milhões. O tratamento dispensado ao casal e outros presos poderosos foi diferenciado. As denúncias revelam que os presos circulavam livremente, recebiam visitas em qualquer horário e podiam receber encomendas. Até uma sala de cinema estava sendo instalada na cadeia pública de Benfica, que recebeu presos da Lava Jato, com televisão de 65 polegadas, home theater, aparelho de DVD e 160 filmes. Na semana passada, uma nova surpresa. Ao realizar uma vistoria em celas de Benfica, onde também está o presidente da Assembleia Legislativa do Rio, Jorge Picciani, o Ministério Público encontrou alimentos proibidos pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Entre eles, camarão, iogurtes, frutas secas e bolinhos de bacalhau. Todos fornecidos por pelo menos três restaurantes da cidade. Enquanto isso, para os presos comuns a realidade é outra. Eles não têm regalias e muitos enfrentam condições desumanas, como celas superlotadas e o perigo das rebeliões nas unidades dominadas por facções.

28 NOV 2017

28 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA  
**'2018 é batalha final  
para Lava Jato',  
dizem procuradores**

**Membros da força-tarefa  
afirmam que operação  
poderá sofrer impactos para  
reduzir sua capacidade de  
investigar crimes de corrupção**



*"É importante que sejam eleitos candidatos com o passado limpo e identificados com a agenda anticorrupção", disse o procurador Deltan Dallagnol*

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA 28 NOV 2017

## CONTINUAÇÃO

Lucas Vettorazzo

Folhapress

**Rio de Janeiro** - Procuradores da força-tarefa da Lava Jato no Rio, Curitiba e São Paulo afirmaram na tarde dessa segunda-feira (27) que o ano que vem será determinante para as operações de combate à corrupção no país. Eles dizem que a depender dos congressistas e membros do Executivo eleitos no pleito de 2018, a operação poderá sofrer impactos a fim de reduzir sua capacidade de investigar crimes de corrupção.

Procuradores da Lava Jato nos três principais Estados onde há investigações divulgaram uma carta em que pedem que a população eleja políticos ficha limpa e identificados com a agenda anticorrupção no ano que vem. Evitaram, contudo, dar nomes a possíveis candidatos. O procurador Deltan Dallagnol, da Lava Jato em Curitiba, negou que haja entre investigadores integrantes interessados em disputar eleições ou fazer parte da elite política do país.

Os procuradores participaram de uma coletiva de imprensa no Rio em que expuseram suas preocupações com relação ao futuro das investigações. Eles disseram que os três principais obstáculos à Lava Jato atualmente são, em ordem de importância, o Congresso, o Executivo e "entendimentos no Judiciário". Dallagnol evitou dizer que juízes ou que sentenças têm atrapalhado às investigações.

"Dizemos que 2018 é a batalha final da Lava Jato. Não que ela tenha data para acabar, mas que ela depende do resultado das eleições para

continuar. E importante que sejam eleitos candidatos com o passado limpo e identificados com a agenda anticorrupção", disse.

Os procuradores fizeram defesas dos mecanismos de colaboração premiada e se disseram preocupados com a possível volta do debate sobre a legislação de abuso de autoridade. Citaram como exemplos de medidas que enfraquecem a operação propostas de leis que anistiam o caixa dois, além da forma como foram conduzidos os trabalhos da CPI da Petrobras em 2015 e a CPMI (Comissão Parlamentar de Inquérito Mista) da JBS. Nos dois casos, a discussão de supostos abusos das investigações ofuscaram o debate sobre a corrupção em si.

Também destacaram como perigosas à operação as discussões com relação à reforma do Código Penal, que poderão abranger mudanças na delação premiada (que não poderia ser feita com réus já presos) e a prisão somente após processos transitados em julgado. Os investigadores do Ministério Público Federal lembraram que no próximo dia 29 fará um ano que o Congresso desfigurou o projeto de lei que ficou conhecido como as 10 medidas contra a corrupção.

O exemplo da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio), que revogou a prisão de seus três integrantes, entre eles o então presidente da casa, Jorge Picciani (PMDB), segundo o procurador Eduardo El Hage, mostra o interesse dos políticos em frear as investigações. "Somente o Congresso poderá elaborar leis de combate à corrupção", disse.

"A maior ameaça à Lava Jato é o Congresso nacional. Vide, por exemplo, o que ocorreu entre os parlamentares fluminenses que livraram da prisão políticos investigados e sobre os quais pairam grandes indícios de ilegalidade. Não existe resposta para isso que não seja nas urnas", disse Dallagnol.

O procurador foi questionado, então, se o MPF tinha candidatos de sua preferência ou se os próprios membros das investigações tinham aspirações políticas. "Desconheço qualquer integrante da Lava Jato que queira lançar plataforma política. Não há tentativa de politizar um trabalho que é técnico, imparcial e apartidário", disse Dallagnol.

28 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

## A importância do foro privilegiado

JAMES ACKEL

Não se deve partir do princípio de que todo político é ladrão e criminoso e que se esconde atrás do foro privilegiado. Se nós partirmos desta base, é mais fácil fechar o Congresso. Devemos entender a importância do Congresso livre na democracia e entender a defesa de um bom trabalho dos congressistas.

O Supremo Tribunal Federal atualmente se viu enredado em um enorme número de acusações contra políticos, em escala jamais vista em toda a história. É lógico que isso acarreta a dificuldade de julgar a todos em tempo razoável.

O STF foi criado para ser o guardião da Constituição, e não um tribunal de políticos. Mas a crescente pouca atuação dos congressistas naquilo que deveriam realizar, que é legislar, acabou fazendo com que a corte primeiro fosse jogada no meio da cena política, provocada pelos políticos que não faziam seu dever de casa.

Dessa maneira, acabou o próprio STF tendo que legislar para decidir as questões provocadas pelos políticos que, por razões de brigas pes-

**O instituto serve para defender a liberdade de opinião dos congressistas, para que atuem sem risco de perseguição judicial**

soais e ideológicas, não legislavam no Congresso.

O instituto do foro privilegiado é a necessidade que se tem de defender a liberdade de opinião dos congressistas, para que estes possam atuar sem o perigo de serem perseguidos judicialmente, em microrregiões do Brasil.

Imaginem um político que, num ato ou proposta de lei, mexa com interesses de grupos empresariais ou ideológicos que ficam zangados com ele. Aqueles que se descontentaram podem criar um sem-número de denúncias em diversas partes do Brasil contra o congressista, em primeira instância da Justiça, em delegacias de polícia, transformando em inviável a sua defesa.

O mais adequado seria a existência de um tribunal federal de polí-

ticos, em instância única e centralizada, em que os acusados saibam de imediato o que se passa contra eles e possam, com todo o direito de defesa, exercer o direito e a liberdade da democracia.

Nos dias de hoje, diante de tantas e tão incríveis denúncias, a população acha excelente a ideia de acabar com o foro privilegiado. Mas isso é o mesmo que fazer justiça matando o acusado. Não se pode pensar numa mudança de lei que acabe com o direito da palavra do Congresso e a proteção desse direito da democracia.

Quando se deu ao STF o poder de julgar congressistas, acreditava-se que os julgamentos e as acusações seriam uma raridade, e não uma brutalidade. E o país passa por uma fase de denúncias de corrupção jamais vista em sua história.

Afinal, se o custo de uma campanha de deputado ou senador era muito maior do que ele ganharia de salário durante todo o mandato, alguma coisa de errado tinha.

JAMES ACKEL é jornalista, escritor, ex-conselheiro da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), produtor, diretor de teatro e consultor de marketing

28 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Maior problema do STF é o foro, diz Barroso

Maioria dos ministros votou para restringir a medida, mas julgamento não foi concluído

O ministro do STF Luís Roberto Barroso afirmou nesta segunda (27) que a corte “não exerce bem competências criminais” e que o maior problema da instituição, atualmente, é o foro privilegiado.

Na semana passada, a maioria dos ministros votou por restringir o foro privilegiado a deputados e senadores. A discussão, no entanto, foi interrompida por um pedido de vista (mais tempo para analisar o caso) do ministro Dias Toffoli e não há prazo para que ele devolva o processo.

“É um papel que só traz desgaste porque se o Supremo o exerce bem e consegue punir uma autoridade, cria-se uma tensão com a classe política. Se exerce mal, cria-se tensão com a sociedade”, disse Barroso em evento promovido pela revista “Veja”.

Além da votação por restringir o foro a deputados federais e senadores, o ministro lembrou também da votação no Supremo que decidiu que o afastamento de parlamentares precisa de aval do Congresso. Em outubro, os ministros do STF decidiram por 6 a 5 que medidas cautelares impostas a parlamentares que impossibilitem o exercício do mandato precisam do aval do Legislativo.

“Olhando pelo lado positivo, você tem cinco ministros no STF dispostos a acabar com o pacto oligárquico do saque ao Estado”, disse Barroso. “Talvez seja mais gente do que jamais antes.”

Apesar do otimismo, Barroso disse que agentes políticos têm parceiros em várias instituições. Quando perguntado se esses agentes também

têm aliados no STF, o ministro não respondeu, arrancando risos da plateia.

Recentemente, Barroso e Gilmar Mendes protagonizaram discussão no Supremo. Apesar do embate, Barroso não vê crise na corte. Segundo ele, o país, sim, está em crise e, com isso, é ilusório supor que o STF pudesse escapar “incólume aos vendavais do momento”.

Em relação às eleições de 2018, Barroso disse que tem “expectativa de que as eleições presidenciais possam superar o trauma do impeachment”. Segundo ele, é necessário um debate com boas ideias.

O magistrado afirmou ainda que não pensa em ser candidato. “Desacreditaria a minha autoridade e independência se alguém pudesse supor que eu tivesse alguma pretensão”, disse.

Segundo Barroso, o país precisa da liberdade para produzir e para se desenvolver.

“O tripé para o Brasil deve ser democracia, a livre iniciativa e a justiça social. Com esse tripé, o país vai bombar logo ali na frente”, disse.

(JOELMIR TAVARES, RENAN MARRA E THAIZA PAULUZE)

28 NOV 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Lava Jato acelera decisões em 2ª instância

Tramitação de processos da operação ficou mais rápida no tribunal de Porto Alegre que julgará ex-presidente Lula

**Magistrado revisor dos processos afirma que precedentes facilitam julgamentos e que não há caráter político**

JOSÉ MARQUES  
DE SÃO PAULO

A tramitação de processos criminais na segunda instância da Lava Jato em Porto Alegre, que julgará o ex-presidente Lula, ficou mais rápida.

Nos últimos meses, com o acúmulo de processos e uma base de decisões precedentes, o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) intensificou a quantidade de julgamentos da operação.

Além disso, desde outubro o período de trâmite diminuiu. Foram julgadas cinco ações da Lava Jato, consecutivamente, que levaram menos de dez meses entre a chegada ao tribunal e o fim da votação.

Isso fez cair a média de tempo que os processos correm: antes de outubro, a última vez que uma ação da Lava Jato havia durado menos de dez meses por lá foi em 2015, quando foi mantida a condenação do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

De janeiro a outubro, a média de julgamento das ações foi de 14 meses e meio. Se considerarmos apenas novembro, foi de sete meses.

No total, até agora são 23 ações de mérito já com decisão do TRF-4. Foram 15 ape-

lações julgadas esse ano, contra apenas cinco em 2016 e outras três em 2015.

O tribunal é responsável por revisar as ações julgadas por Sergio Moro em Curitiba. Todas as ações penais da Lava Jato vão para a oitava turma, composta por três juízes.

Só em novembro deste ano, a turma condenou Eduardo Cunha (tramitação de cinco meses e meio), o marqueteiro João Santana e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto (de seis meses e meio) e o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro (de nove meses), entre outros.

O processo da Lava Jato que mais demorou no tribunal é o do ex-deputado André Vargas, julgado em maio, que levou 18 meses.

Outras nove ações que já estão na corte ainda não foram analisadas. Entre os casos restantes, há os de Antônio Palocci, Sérgio Cabral, José Carlos Bumlaí e, ainda, de Lula. Este último foi protocolado no TRF-4 em agosto.

Se a média de novembro se mantiver com o processo de Lula, considerando que há processo do Judiciário em dezembro e janeiro, o ex-presidente pode ser julgado ainda no primeiro semestre, antes do período eleitoral.

Se condenado em segunda instância, ele pode ser impedido de concorrer em 2018.

Contribuiu para a maior celeridade o fato de os processos serem desdobramentos de uma mesma operação, segundo o presidente da turma

e revisor das ações da Lava Jato, Leandro Paulsen. O juiz é responsável por pautar as datas dos julgamentos.

“Embora cada processo tenha a sua particularidade, muitas questões já contam com precedentes, e isso tem facilitado gradualmente os julgamentos, tornando-os menos trabalhosos, o que permite que sejam aprontados mais rapidamente”, disse, em nota à reportagem.

De acordo com Paulsen, deve-se levar em conta também que ações com um ou poucos réus são mais rápidas —é o caso de uma cujo réu é o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

“A razão é, portanto, prática, relativa à preparação dos julgamentos. Não tem nenhum caráter político”, informou o magistrado.

Levantamento da **Folha** do mês de setembro, que analisa os argumentos da defesa do ex-presidente, aponta que quatro dos seis pedidos dos advogados para anular o processo já foram repetidamente negados pelos juízes em outras ações.

Ou seja, se essas decisões forem entendidas como precedentes, o processo pode se acelerar.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

### CONTINUAÇÃO

Além dos julgamentos de mérito —mais complexos—, levantamento do TRF-4 aponta que, no total, 867 processos da Lava Jato chegaram à segunda instância, como pedidos de habeas corpus e de suspeição de juízes. Destes, 675 já foram decididos.

#### sessões

No TRF-4, os juízes não têm exclusividade para julgar a Lava Jato, como acontece com Moro. Por isso, as sessões da oitava turma são divididas com análises de outros casos criminais.

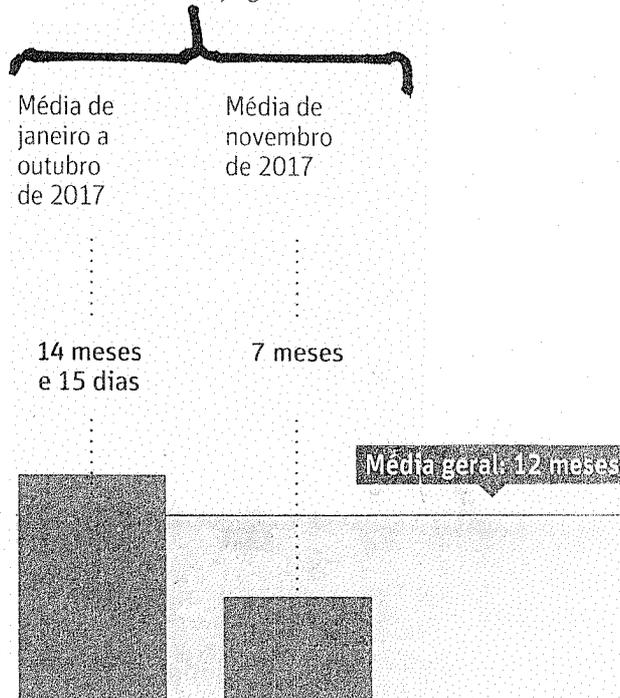
Normalmente, os julgamentos começam à tarde, mas neste mês as sessões se iniciaram pela manhã e puderam continuar durante todo o dia. O tribunal diz que a mudança é provisória foi feita para viabilizar outros compromissos dos magistrados —sobretudo do juiz Victor Laus, que é diretor da escola de magistratura da corte.

Conforme a complexidade da Lava Jato aumentava, as sessões já vinham se estendendo. Em setembro, o início do julgamento do ex-ministro José Dirceu foi tido, até então, como o mais longo de um processo da operação.

**MAIS RÁPIDO** Em novembro, tempo de tramitação cai em julgamentos da Lava Jato na 2ª instância

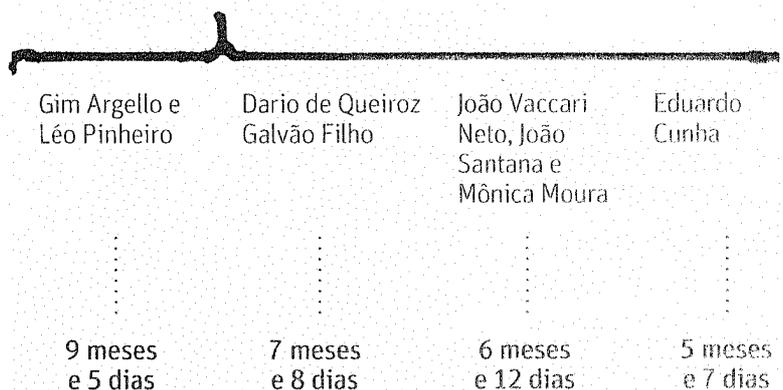
#### TEMPO DE TRAMITAÇÃO

Da chegada do processo ao TRF-4 até o julgamento



#### ÚLTIMAS DECISÕES

Réus e o andamento dos seus processos



Ações de mérito da Lava Jato julgadas no TRF-4, por ano

3

2015

5

2016

15

2017

28 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Moro diz sofrer 'ataques sujos' de investigados

O juiz Sergio Moro relatou sofrer "ataques sujos" por causa das investigações da Lava Jato, durante evento nesta segunda (27) em São Paulo.

Sem citar nomes ou exemplos, o magistrado responsável pelos processos da operação em Curitiba disse que há tentativas de "diversionismo", com ataques a quem investiga e julga. As reações, acredita, vêm do fato de que muitos dos crimes investigados foram praticados por políticos.

"Ao invés de eu discutir a minha responsabilidade, eu ataco as pessoas responsáveis pelos processos", disse, explicando como se dariam essas medidas.

"Mas eu estou absolutamente tranquilo com as coisas que eu fiz", afirmou ele, durante participação em seminário promovido da revista "Veja".

"Quanto a essas ofensas, tem um ditado: não se deve atirar uma pedra em todo cachorro que ladra. Eu não vou ficar me incomodando com mentiras."

Moro, mais uma vez, ouviu a pergunta que se repete em suas aparições públicas: o ex-presidente Lula (PT) será preso?

Como sempre, o juiz evitou entrar em detalhes. Disse apenas acreditar no trabalho feito pelos juízes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, onde tramita o recurso do petista.

28 NOV 2017

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## PASSO A PASSO

A minuta da proposta que prevê a adoção do semipresidencialismo no Brasil já está pronta e circula entre algumas das maiores autoridades do país.

### AÇÃO E REAÇÃO

A ideia é endossada pelo presidente Michel Temer e pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes. E gera reação de partidos de esquerda, que prometem barrá-la no parlamento.

### O MENSAGEIRO

O advogado Rodrigo Tacla Duran vai apresentar na quinta (30), em depoimento na CPI da JBS, uma perícia feita a pedido dele, na Espanha, em fotos de correspondência que diz ter mantido com o advogado Carlos Zucolotto, do Paraná, pelo Wickr.

### BORRACHA

Ele acusa o advogado, que é amigo e padrinho de casamento do juiz Sergio Moro, de intermediar negociações paralelas dele com a força-tarefa da Operação Lava Jato. As mensagens pelo aplicativo, que são destruídas em pouco tempo, comprovariam as tratativas. Duran fotografou os diálogos e diz que apresentará as imagens na CPI.

### NUNCA VI

Zucolotto nega ter feito qualquer negociação paralela com a Lava Jato. Diz que nunca conversou com Duran pelo Wickr e que sequer baixou o aplicativo no celular.

### PALAVRA DE ACUSADO

Moro não foi acusado por Duran. Mas, quando a história veio a público, defendeu Zucolotto e disse ser “lamentável” que se desse crédito a um “acusado foragido” — Duran, investigado na Lava Jato, hoje vive na Espanha.

### PULGA

Aliados do governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) creditam a uma suposta influência do governo sobre a equipe de Raquel Dodge, nomeada por Michel Temer para a Procuradoria-Geral da República, o fato de a denúncia contra ele ter começado de novo a andar. Na semana passada, ela foi enviada ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) com pedido de abertura de inquérito.

## PAINEL

**Visitas à Folha** Luís Roberto Barroso, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), visitou a **Folha** nesta segunda-feira (27), a convite do jornal, onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de Renata Saraiva, chefe de gabinete.

28 NOV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Paraná adota dispositivo para mulheres em risco

*Dispositivo visa garantir a proteção de mulheres em situação de risco, sob medida protetiva judicial*



O governador e a secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, apresentaram o dispositivo durante evento

O Paraná é o primeiro estado a implantar o dispositivo de segurança preventivo como forma de garantir a proteção de mulheres em situação de risco, sob medida protetiva judicial. O governador Beto Richa e a secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, apresentaram o dispositivo ontem, em Curitiba durante o evento que reuniu dezenas de mulheres, de vários setores da sociedade, no Salão de Atos do Palácio Iguazu, em Curitiba.

Também foi apresentada a campanha "Você pode mais", que aborda direitos, autoestima e liberdade das mulheres, mostrando que pequenos gestos ou palavras podem se caracterizar como violência.

Os vídeos, com mensagem encorajadora às mulheres, começaram a ser veiculados sábado, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.

São 15 municípios prioritários elencados pela Coordenação da Política da Mulher para implantar o dispositivo. A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social repassará às prefeituras o valor do aluguel do equipamento, pelo período de doze meses. O investimento para esta fase da implantação é de R\$ 2,6 milhões.

O governador Beto Richa destacou que o Paraná dá exemplo ao ser o primeiro estado a implantar programa de grande alcance para a proteção às mulheres. Richa

ressaltou que o esforço do Estado em criar ações para proteção dos direitos é contínuo.

Nos últimos anos, foram criadas seis delegacias da mulher e destinadas 27 viaturas para reforçar a infraestrutura dessas unidades.

28 NOV 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Ministro rejeita ação sobre subsídio de juízes substitutos

Por ausência da competência originária do Supremo Tribunal Federal para julgar o caso, o ministro Celso de Mello não deu prosseguimento a uma ação na qual a Associação Regional dos Juizes Federais da 5ª Região buscava a equiparação do subsídio de juiz federal substituto ao de procurador da República. O decano determinou a devolução dos autos ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado no Recife.

O ministro ressaltou que a jurisprudência do STF somente considera viável a aplicação do artigo

102, inciso I, alínea "n", da Constituição Federal, nas ações em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, nas hipóteses em que as consequências da decisão alcance toda a magistratura — e não apenas parcela de seus membros, como os magistrados federais substitutos, no caso.

Outra hipótese prevista no dispositivo constitucional é aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.

### TRF-1 mantém atendimento prioritário a advogados em agências do INSS

Uma decisão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília, manteve o atendimento prioritário dos advogados nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social. O desembargador Kassio Nunes Marques, rejeitou efeito suspensivo apresentado pela autarquia.

Desde 30 de outubro passou a valer a liminar concedida pela Justiça Federal no DF, que determinou medidas expressas para otimizar o atendimento de profissionais da advocacia nas agências do

INSS de todo o país.

A decisão judicial impõe a garantia de atendimento diferenciado nas agências do órgão, sem agendamento prévio, em local próprio e independente de distribuição de senhas, durante o horário de expediente.

Além disso, servidores do INSS não podem impedir profissionais da advocacia de protocolizar mais de um benefício por atendimento e nem obrigar o protocolo de documentos e petições por meio de agendamento prévio e retirada de senha.

28 NOV 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STF cria tensão com políticos e sociedade ao julgar casos penais

O Supremo Tribunal Federal não deveria julgar casos criminais, pois, além de não ter a devida aptidão para ações nesse sentido, a corte, ao decidir, cria tensões com a classe política ou com a sociedade. A opinião é do ministro Luis Roberto Barroso. “Se o STF o exerce bem [papel de julgador penal] e pune, cria tensão com a classe política, e, se o exerce mal, cria tensão com a sociedade”, disse ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo, em entrevista concedida durante evento promovido pela revista Veja nesta segunda-feira (27/11), em

São Paulo.

Segundo Barroso, o STF deveria se ater às suas funções principais, que são “proteger as garantias fundamentais e as regras do jogo democrático”. Essas duas competências, continuou, têm sido bem exercidas pelo tribunal constitucional brasileiro.

O ministro citou como exemplos exitosos as questões envolvendo mulheres vítimas de violência, quilombolas, transexuais, casamento gay, fidelidade partidária e de modelo de financiamento de campanha. Este último, classificado de “mafioso” por ele.

### Renovação sucessiva de contrato de aluguel não autoriza rescisão imotivada

A renovação sucessiva de contrato de aluguel urbano não permite a rescisão imotivada, também chamada de denúncia vazia, definida pelo artigo 46 da Lei do Inquilinato: “Nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso”. Isso porque a legislação não permite a adição de tempo nessa situação.

Com esse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça concedeu recurso de um inquilino e julgou improcedente a ação de despejo movida

pelo proprietário. O dono do imóvel pretendia retomar o bem com base em denúncia vazia porque os 30 meses de locação já tinham terminado. Desse total, seis meses se referem ao contrato original, e o restante, a dois aditivos de um ano cada.

Em primeira e segunda instâncias, o pedido do proprietário para rescindir o contrato sem justificativa foi julgado procedente. Para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a soma do período original do contrato mais as duas prorrogações seria suficiente para atender à legislação vigente e permitir a denúncia vazia.

28 NOV 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO



**Estou especialmente tranquilo com tudo o que eu fiz, diz Moro**

### **Estou especialmente tranquilo com tudo o que eu fiz, diz Moro**

O juiz responsável pelas ações da Operação Lava Jato na primeira instância da Justiça Federal, Sérgio Moro, disse ontem que não lhe ocorre nada de muito significativo na condução do processo de julgamento de um dos maiores escândalos de corrupção do País que o faria agir diferentemente da forma com a qual se procedeu até agora.

Moro fez a afirmação ao ser indagado durante o evento "Páginas Amarelas ao Vivo" da Revista Veja se existia alguma

coisa da qual se arrepende ao longo da sua atuação na Lava Jato. "Estou especialmente tranquilo com tudo o que fiz", disse o juiz.

Sobre o episódio da polêmica divulgação dos áudios de conversa entre a presidente cassada da República Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o magistrado disse que não esperava tanta repercussão. "A divulgação dos áudios foi controversa. Não esperava tanta celeuma, mas fiz o que a lei exigia e era necessário", disse Moro.

### **Restrição do foro deve valer para governadores, diz Barroso**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, defendeu ontem a extensão das restrições do foro privilegiado a governadores durante evento em São Paulo. Na última quinta-feira, o STF votou por limitar o alcance da prerrogativa a deputados federais e senadores. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista de Dias Toffoli, mas, pelo entendimento de sete dos 11 ministros, somente deverão tramitar na Corte processos de crimes cometidos no exercício do mandato e relacionados ao cargo.

O ministro afirmou que o resultado do julgamento deverá ser aplicado também em instâncias inferiores, como os Superiores Tribunais de Justiça, que hoje julgam governadores. Barroso, no entanto, não detalhou como a extensão das restrições seria colocada em prática. No dia da votação no Supremo, ele afirmou que sua tese para reduzir o alcance do foro privilegiado só dizia respeito a parlamentares federais.

28 NOV 2017

## GAZETA DO POVO

# Supersalários do Judiciário vão ser divulgados e investigados, diz Cármen Lúcia

A presidente do STF e do CNJ, ministra Cármen Lúcia, promete divulgar os salários pagos pelos tribunais estaduais em dezembro. Supersalários serão investigados

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, disse que até dezembro o vencimento de magistrados brasileiros estará disponível no site do conselho. Cármen prometeu que eventuais abusos serão apurados pela Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ que atua na elaboração de estratégias para tornar a prestação jurisdicional mais eficiente.

Em agosto, a ministra assinou uma portaria que obriga Tribunais de Justiça a enviar os dados sobre os pagamentos de juízes, depois da polêmica provocada com os altos valores pagos a juízes do Mato Grosso.

No entanto, ao receber a papelada, o CNJ esbarrou em tabelas com formatos diferentes e variadas formas de informar os contracheques dos juízes, o que fez o conselho elaborar uma planilha padronizada para organizar melhor as informações.

“Eu mandei que (os tribunais) colocassem na planilha, eles receberam e, portanto, até dezembro teremos isso público. E por que não foi entregue o que eles mandaram? Porque eles mandaram inclusive imagens de contracheques”, disse Cármen, destacando que havia informações pessoais na documentação.

**CONTINUA**

28 NOV 2017

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

“Se você paga pensão alimentícia, se tem desconto por um tratamento médico, eu não podia levar isso a público, então tive de fazer a nova planilha com esse novo sistema para cada um ter só (informado) quanto ganha e quanto recebe.” Para Cármen, a consequência da divulgação dos vencimentos é a “verificação de todos os dados”, ou seja, o acompanhamento do que “está certo e o que está errado”.

Em agosto, o jornal O Estado de S Paulo informou que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais pagou, no mês de julho, valores líquidos acima do teto constitucional para quase 98% dos magistrados. O teto de R\$ 33.763,00 é equivalente ao salário de um ministro do STF. Indagada sobre esses números, Cármen foi categórica: “Esse dado na hora que chegar, ou ele tem explicação, ou ele vai pra Corregedoria”.

28 NOV 2017

# GAZETA DO POVO

## No STF, investigação da Quadro Negro ganha corpo com delatores

Investigados colaboram com a apuração na tentativa de reduzir ou até eliminar eventuais penalidades

Escândalo de corrupção envolvendo o segundo mandato do governador Beto Richa (PSDB), a Operação Quadro Negro reúne investigados que colaboram com a apuração na tentativa de reduzir ou até eliminar eventuais penalidades. Entre eles está o engenheiro civil Maurício Fanini, que ainda tenta fechar formalmente um acordo de colaboração premiada. Ele já apresentou à Procuradoria Geral da República (PGR) dez fatos sobre a Quadro Negro e ainda aguarda a homologação ou não da sua contribuição pelo ministro Luiz Fux, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF). Se conseguir obter o benefício, Fanini pode se tornar o principal delator do escândalo.

A Quadro Negro apura o desvio de dinheiro público a partir de ao menos sete contratos, firmados entre o governo do Paraná e a empresa Valor Construtora, para obras em escolas; parte do dinheiro pode ter abastecido campanhas políticas.

Pessoas diretamente ligadas ao processo informaram à Gazeta do Povo que Fanini traz mais elementos às versões já sustentadas no STF pelo dono da Valor Construtora, Eduardo Lopes de Souza, e pela ex-funcionária da empresa Vanessa Domingues de Oliveira, e nas quais autoridades como o próprio governador são implicadas no escândalo.

**CONTINUA**

Beto Richa já vem rechaçando tal vínculo em manifestações à imprensa.

### **Quem é Fanini**

O engenheiro civil Maurício Jandoi Fanini Antônio estava trabalhando no Litoral paranaense, em uma empresa da própria família, quando voltou para a prisão, em meados de setembro. Passou a responder a mais uma ação penal derivada da Operação Quadro Negro, desta vez com foco no crime de lavagem de dinheiro. Pessoas próximas sustentam que ele já estava negociando um acordo de colaboração premiada com a PGR antes de ser novamente detido. Agora, ainda preso, só aguarda a homologação do STF.

Nos depoimentos já prestados à PGR, a atual cúpula política paranaense – como os tucanos Beto Richa, Valdir Rossoni e Ademar Traiano, entre outros – estaria novamente na narrativa, assim como ocorreu nas delações de Vanessa Domingues de Oliveira e de Eduardo Lopes de Souza. Os políticos negam qualquer participação no esquema de corrupção.

Dos delatores, Fanini é a figura mais próxima de Beto Richa. Ambos com 52 anos de idade, chegaram a se formar juntos em Engenharia Civil na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Quando Richa foi eleito vice-prefeito de Curitiba, assumindo também a pasta de Obras Públicas da administração da capital, no ano de 2001, Fanini ganhou um cargo de confiança, de diretor de Pavimentação. Com a vitória de Richa em 2010 para o governo do Paraná, Fanini assumiu outro cargo de confiança, de diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Superintendência de Desenvolvimento

**CONTINUA**

# **GAZETA DO POVO 28 NOV 2017**

## **CONTINUAÇÃO**

Educacional, braço da Secretaria da Educação e de onde partiram as fraudes nas medições das obras, manobra que permitiu a liberação de dinheiro para a Valor Construtora.

### **Os demais delatores**

#### **Eduardo Lopes de Souza**

O dono da Valor Construtora, Eduardo Lopes de Souza, hoje com 46 anos de idade, primeiro negou ter embolsado dinheiro público destinado a construção e reforma de escolas. O empresário, contudo, não conseguiu manter tal versão e, em meados do ano, também iniciou tratativas com a PGR para fazer um acordo de colaboração premiada, efetivamente homologado em setembro pelo STF.

Em 2016, ele ficou preso praticamente durante todo o ano. Hoje ainda vive com tornozeleira eletrônica, mas mora e trabalha em Cuiabá/MT, e não mais em Curitiba.

Sua relação com o poder público é de longa data. Ele já ocupou cargos comissionados no governo do Paraná, ao menos entre 1999 e 2000, na gestão Jaime Lerner. Ainda em 2000, ele abriu a EGC Construtora e Obras, empresa que também obteve contratos com o governo do Paraná. Faliu no ano de 2014 e até hoje há pendências, especialmente trabalhistas.

Já a Valor Construtora foi aberta no final de 2010 e logo na sequência atuou em obras ligadas às prefeituras de Bituruna e de União da Vitória. Com o governo do Paraná, a empresa primeiro firmou pequenos contratos com a Sanepar. Em 2013, passou a ganhar licitações maiores, especialmente com a pasta da Educação.

Vanessa de Oliveira

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 28 NOV 2017

## CONTINUAÇÃO

Quando a Operação Quadro Negro foi deflagrada pela Polícia Civil, em meados de 2015, Vanessa Domingues de Oliveira, hoje com 38 anos de idade, figurava como única sócia-proprietária da Valor Construtora e chegou a ser alvo de mandado de prisão temporária. Mas, logo nos primeiros depoimentos que concedeu aos investigadores, admitiu que era laranja do verdadeiro dono da empresa, Eduardo Lopes de Souza.

Na prática, ela trabalhava apenas como funcionária da Valor Construtora e aceitou a inclusão do seu nome nos registros da Junta Comercial do Paraná porque Eduardo Lopes de Souza alegava que ele não poderia assumir oficialmente o negócio, em função de problemas com sua empresa anterior. Em troca, a funcionária admitiu ter recebido um pequeno aumento no salário. Ela nega, contudo, ter se beneficiado diretamente do esquema milionário de desvio de dinheiro.

Ainda naquele ano, por ter sinalizado disposição em falar tudo o que sabia sobre o caso, Vanessa Domingues de Oliveira relatou até ter recebido uma proposta em dinheiro de um dos investigados para ficar calada. Mas optou por delatar e se tornou a primeira ré da Quadro Negro a ter um acordo de colaboração premiada homologado no STF, em julho último. Com dificuldades financeiras, concluiu a negociação em Brasília com ajuda de um advogado dativo, Leônidas Leal. A defesa acredita que ela será absolvida.

Texto: Catarina Scortecci